



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - EDITAL Nº 08/2023

DATA DA PROVA: 21/05/2023
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o Caderno de Questões esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. **O candidato NÃO poderá levar consigo o Caderno de Questões, poderá levar tão somente o Gabarito a ser destacado do Caderno de Questões;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

ANOTE ABAIXO AS SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA ACIMA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LÍNGUA PORTUGUESA

Limpeza da casa ajuda a evitar doenças, ensinam especialistas

Há quem afirme que ficamos mais paranoicos com limpeza após a pandemia de coronavírus. Hábitos como higienizar as mãos com álcool em gel, lavar as compras do mercado e deixar calçados do lado de fora entraram no repertório usual de muita gente. Apesar dos números da Covid-19 terem diminuído, algumas dessas atitudes (e outros cuidados) devem ser mantidos em prol do bem estar dentro de casa, afirmam especialistas. Os microrganismos estão em toda parte. Ao pisar com o tênis no chão do apartamento, por exemplo, você está levando para o ambiente doméstico bactérias e outros potenciais patógenos. Esses agentes são causadores de doenças respiratórias, como asma, pneumonia; de pele, como dermatites; ou até infecções intestinais, como diarreias. Recentemente, a imagem do banheiro do “BBB 23”, com o piso do box imundo, viralizou na internet. Trata-se justamente de um dos principais focos de agentes infecciosos em uma casa, ao lado do quarto e a cozinha.

Mas com que frequência deve-se limpar essas partes? E como fazer para impedir a proliferação de bactérias, vírus e fungos? Limpar o banheiro é uma tarefa que muitos preferem procrastinar, porém o hábito é importante para a saúde, já que ali depositamos dejetos, fluidos orgânicos e fazemos a higiene pessoal. O cômodo exige mais cuidados com a limpeza do que outros locais da casa. Segundo um estudo realizado pelo Centro de Higiene e Saúde em Casa e Comunidade, do Simmons College, em Boston, EUA, em uma banheira há mais bactérias que causam infecções na pele do que em uma lata de lixo — foram encontrados 25% microrganismos do gênero, em comparação a 5% identificado na lixeira. “O banheiro é um local onde a fonte de proliferação de fungos e bactérias é muito alta. O ideal é fazer a limpeza completa, com desinfetantes específicos e água sanitária, ao menos uma vez por semana” afirma Gabriela Castro, microbiologista da Richet Medicina & Diagnóstico.

Algumas partes específicas merecem uma atenção ainda maior. O vaso sanitário, por exemplo, deve ser limpo de duas a três vezes por semana com agentes desinfetantes, dependendo de quantas pessoas usam a privada. A banheira e o box também devem ser higienizados de acordo com a frequência de uso. Se forem usados por uma pessoa, que toma de um a dois banhos por dia, recomenda-se uma limpeza uma vez por semana ou a cada 15 dias. As pias, por terem contato direto com fluidos da boca e nariz, também devem ser lavadas duas vezes por semana, enquanto os pisos, azulejos e armários

(parte interna e externa), precisam ser higienizados uma vez por semana. ‘Para minimizar a proliferação de bactérias e fungos, algumas medidas podem ser adotadas. A ação de dar a descarga com a tampa fechada minimiza muito a formação de aerossóis, que são mecanismos pelos quais as bactérias e fungos são dispersados no meio ambiente, podendo ficar em suspensão no ar por até duas horas, sendo fonte potencial de contaminação’ recomenda Castro.

Estudos apontam o espaço da cozinha como uma das áreas mais problemáticas da casa para a proliferação de bactérias e fungos —até mais do que o banheiro. Isso porque o espaço recebe todo o tipo de alimento cru, como carnes e frangos, e mesmo verduras e legumes não lavados podem conter larvas. O manuseio correto dos ingredientes é chave para evitar problemas. “Entre os lugares onde mais encontramos bactérias e fungos estão a esponja que faz a limpeza da louça, a pia, a geladeira, as gavetas dos vegetais, os botões do fogão e a alça do forno. São ambientes propícios para essa proliferação, com calor e umidade” alerta o infectologista José Cerbino, da Fiocruz. Especialistas afirmam que o melhor seria lavar as principais partes da cozinha e as mais usadas, como a pia e o fogão, enquanto a comida é preparada. O acúmulo de lixo e utensílios sujos pode atrair moscas, baratas e proliferação de microrganismos patogênicos. “O grande vilão na cozinha é a contaminação cruzada, ou seja, usar os mesmos utensílios para coisas diferentes. Quando a faca que cortou o frango cru é utilizada para cortar os legumes e verduras, as bactérias da carne passam para os vegetais. Ela precisa ser limpa muito bem antes de ser usada em outro alimento” explica o chef Carlos Siffert, consultor da Escola Wilma Kövesi de Cozinha. Entre as principais patógenos encontrados na cozinha estão as bactérias do gênero *Campylobacter* e os parasitas *Cryptosporidium* e *Cyclospora cayentanensis*, encontradas em carnes e alimentos contaminados que não foram preparados adequadamente. A conhecida *Salmonella* é outra fonte de infecção bacteriana encontrada na cozinha. “Não podemos esquecer dos cantinhos da pia, embaixo do fogão ou atrás da geladeira, onde o calor cria o ambiente perfeito para as baratas procriarem” diz Siffert.

Fonte: Jornal O Globo, 6 de abril de 2023.

01) Com base nas informações do texto e nas relações existentes entre as partes que o compõem, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O banheiro é um dos principais focos de agentes infecciosos de uma casa.
- (B) Uma banheira pode conter mais bactérias

que causam infecções na pele do que uma lata de lixo.

(C) O banheiro deve ser limpo com desinfetante e água sanitária uma vez por semana.

(D) Segundo alguns estudos, o banheiro é o cômodo da casa que mais contribui para a proliferação de bactérias e fungos.

(E) Entre os fatores para a proliferação de bactérias e fungos na cozinha estão os alimentos crus e o acúmulo de lixo.

02) Assinale a alternativa cuja palavra seja paroxítona:

- (A) Hábitos.
- (B) Frequência .
- (C) Doméstico.
- (D) Já.
- (E) Patógenos.

03) Assinale a alternativa cuja palavra seja acentuada pela mesma regra da palavra *sanitário*:

- (A) Após.
- (B) Saúde.
- (C) Gênero.
- (D) Repertório.
- (E) Específicos.

04) Assinale a alternativa cuja letra s da palavra represente o mesmo fonema representado pela letra s em *saúde*:

- (A) Piso.
- (B) Usual.
- (C) Semana.
- (D) Casa.
- (E) Apesar.

05) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período: O banheiro é um local onde a fonte de proliferação de fungos e bactérias é muito alta.

- (A) Intensidade.
- (B) Modo.
- (C) Dúvida.
- (D) Tempo.
- (E) Negação.

06) Assinale a alternativa que apresente a classe morfológica da palavra em destaque no período: O grande vilão na cozinha é a contaminação cruzada, ou seja, usar os mesmos utensílios para coisas diferentes.

- (A) Substantivo.

- (B) Adjetivo.
- (C) Verbo.
- (D) Advérbio.
- (E) Preposição.

07) Assinale a alternativa cuja palavra apresente sufixo:

- (A) Onde.
- (B) Banheiro.
- (C) Não.
- (D) Antes.
- (E) Duas.

08) Assinale a alternativa que apresente a justificativa correta para o emprego da vírgula no período: O acúmulo de lixo e utensílios sujos pode atrair moscas, baratas e proliferação de microrganismos patogênicos.

- (A) Isolar expressão explicativa.
- (B) Separar o vocativo.
- (C) Separar nome de lugar em data.
- (D) Separar termos de uma enumeração com idêntica função sintática.
- (E) Separar adjunto adverbial.

09) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pelos termos em destaque no período: Algumas partes específicas merecem uma atenção ainda maior.

- (A) Objeto direto.
- (B) Sujeito.
- (C) Vocativo.
- (D) Predicativo do sujeito.
- (E) Objeto indireto.

10) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pela oração subordinada em destaque no período: Para minimizar a proliferação de bactérias e fungos, algumas medidas podem ser adotadas.

- (A) Comparação.
- (B) Tempo.
- (C) Finalidade.
- (D) Concessão.
- (E) Causa.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

11) As coordenadas cartesianas A (2; 2), B (2; 5) e C (8; 2) formam um triângulo de vértices A, B e C. Com base nestas informações podemos calcular a área deste triângulo e ela é igual a:

- (A) 6.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 12.
- (E) 15.

12) Foram calculadas estatísticas descritivas de uma pousada especializada em atender o público da melhor idade, são elas: 1º quartil = 4 dias; 3º quartil = 8 dias e média de permanência por hóspede de 6 dias. Com estas informações é correto afirmar que o percentual de hóspedes que permanecem 8 ou mais dias na pousada é igual a:

- (A) 15%.
- (B) 25%.
- (C) 50%.
- (D) 75%.
- (E) 95%.

13) Uma dívida de R\$ 106.000,00 vai ser paga um mês antes de seu vencimento e a taxa de desconto utilizada nesta operação é de 6% ao mês. Este desconto é calculado pela

expressão exponencial $d = \frac{N}{(1+i/100)^n}$ onde

N é o valor da dívida, i a taxa de desconto e n o tempo de antecipação do pagamento. Utilizando esta expressão o valor pago por esta dívida após o desconto é de:

- (A) R\$ 96.000,00.
- (B) R\$ 102.000,00.
- (C) R\$ 94.000,00.
- (D) R\$ 95.000,00.
- (E) R\$ 100.000,00.

14) Um engenheiro determinou em um projeto que a cada 20m² deve conter um extintor do tipo ABC em um novo centro de eventos da cidade Alfa. Se as dimensões deste novo Centro de eventos são de 20 m de largura por 30 m de comprimento, a quantidade de extintores que deve ter seguindo a instrução do engenheiro é de:

- (A) 15.
- (B) 20.
- (C) 25.
- (D) 30.
- (E) 40.

15) Um fabricante de calculadoras tem um custo fixo de R\$ 20.000,00 (água, luz, aluguel...) e um custo de produção de R\$ 6,00 para cada calculadora. Se ele vende cada calculadora por R\$ 15,00, seu lucro em uma venda de 10.000 calculadoras é de:

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 45.000,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 70.000,00.
- (E) R\$ 85.000,00.

CONHECIMENTOS GERAIS

16) Assinale a alternativa correta. Em relação à história e etimologia do nome do município de Tijucas do Sul, marque V para verdadeiro e F para falso:

() O termo “tijuca” ou “tijuco” origina-se do tupi “tu’iuka”, designando lugar de lameiro, lugar de extrair barro/argila, até hoje um elemento importante na economia municipal.

() O termo “tijuca” ou “tijuco” origina-se do kaingang “saudade”, visto que a degradação ambiental do passado destruiu todas as reservas de argila que existiam no município.

() O termo “Tijuca” recebeu o complemento “do Sul” pela existência de duas cidades homônimas em Goiás e Tocantins, respectivamente.

() O nome “Tijucas do Sul” foi uma homenagem ao apelido popular do sertanista paulista Telêmaco. “Tijuca” Borba, expedicionário nas terras do sul paranaense.

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, F, F, V.
- (D) F, F, V, F.
- (E) F, V, F, F.

17) Qual das opções abaixo se refere a uma das rotas turísticas do município de Tijucas do Sul que associa a história do município a um importante ramo do setor produtivo agrícola local? Assinale a alternativa correta:

- (A) Carreiro da Pitaya.
- (B) Estradinha da Sapecada do Pinhão.
- (C) Rota do Porco no Rolete.
- (D) Circuito do Cogumelo Champignon.
- (E) Estrada do Feijão Tropeiro.

18) Em meados de março de 2023, cerca de 48 cidades haviam registrado mais de 250 ataques de criminosos. As investigações iniciais apontavam a motivação principal como a transferência de líderes da facção chamada “Sindicato do Crime”. A situação exigiu reforço de forças policiais de outros estados e também da União. Qual das opções abaixo se refere ao estado da federação onde

ocorreram estes ataques? Assinale a alternativa correta:

- (A) Paraná.
- (B) Rio Grande do Sul.
- (C) Rio Grande do Norte.
- (D) Amapá.
- (E) Mato Grosso do Sul.

19) Em setembro de 2022, 90 litros de resíduos radioativos teriam vazado na Baía de Itaorna, no Rio de Janeiro, durante um processo de manutenção. Devido às dúvidas sobre a composição do material e à demora em relatar o incidente, a estatal Eletronuclear foi acionada na Justiça para esclarecer o ocorrido. Qual das opções abaixo se refere a uma usina nuclear brasileira envolvida nesta situação? Assinale a alternativa correta:

- (A) Chernobyl.
- (B) Angra 1.
- (C) Tapajós.
- (D) Itaipu.
- (E) Jirau.

20) Um dos grandes temas do século XXI no ocidente é o envelhecimento da população. Porém, essa discussão implica em medidas altamente impopulares, entre as quais rever políticas públicas como os regimes previdenciários e a aposentadoria, criando tensões e protestos. Em março, a cidade de _____ registrou cerca de dez mil toneladas de lixo pelas ruas, postos sem gasolina, escolas sem aula, entre outros, reeditando outros momentos tensos da história daquele país como a _____ ocorrida em 1789, e compreendida como um marco sobre os direitos do Homem e do cidadão. Analise as assertivas e assinale aquela que preenche as lacunas corretamente:

- (A) Tóquio/Guerra Russo-Japonesa.
- (B) Pequim/Batalha dos Boxers.
- (C) Nova York/Guerra da Secessão.
- (D) Londres/Revolução Gloriosa.
- (E) Paris/Revolução Francesa.

LEGISLAÇÃO

21) Com base na lei orgânica do município de Tijucas do Sul, é correto afirmar que:

(A) O Município de Tijucas do Sul, unidade político-administrativa do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, assegurados pela Constituição da República

Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná.

(B) O Município de Tijucas do Sul, unidade político-administrativa do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito privado, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná.

(C) O Município de Tijucas do Sul, unidade político-administrativa do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado somente de autonomia política, e administrativa, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná.

(D) O Município de Tijucas do Sul, unidade político-administrativa do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito privado, dotado somente de autonomia política, e administrativa, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná.

(E) O Município de Tijucas do Sul, unidade político-administrativa do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado somente de autonomia política, e financeira, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná.

22) Em observância a lei orgânica do município de Tijucas do Sul, é correto afirmar:

(A) O Município não poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

(B) O imposto predial e territorial urbano não poderá ser progressivo no tempo, para garantir o cumprimento da função social da propriedade, como dispõe o art. 182 da Constituição Federal e o plano diretor.

(C) A Lei municipal estabelecerá medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos estaduais e federais.

(D) O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

(E) A Lei municipal estabelecerá medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos municipais e estaduais.

23) Sobre o Estatuto dos Servidores Municipais de Tijucas do Sul, aponte a alternativa correta:

(A) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso

público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 1% (um por cento) das vagas oferecidas

(B) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 2% (dois por cento) das vagas oferecidas.

(C) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 3% (três por cento) das vagas oferecidas.

(D) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 4% (quatro por cento) das vagas oferecidas.

(E) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas.

24) Com seu conhecimento no Estatuto dos Servidores Municipais da comarca de Tijucas do Sul, é correto afirmar que:

(A) O concurso público terá validade de um (1) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

(B) O concurso público terá validade de dois (2) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

(C) O concurso público terá validade de dois (2) anos, podendo ser prorrogado por duas vezes, por igual período.

(D) O concurso público terá validade de três (3) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

(E) O concurso público terá validade de um (1) ano, podendo ser prorrogado por duas vezes, por igual período.

25) Continuando com o seu conhecimento no Estatuto dos Servidores Municipais da comarca de Tijucas do Sul, assinale a alternativa correta:

(A) Nenhum servidor receberá, a título de

vencimento, importância inferior ao salário mínimo, salvo se receber aposentadoria.

(B) É assegurada a isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores do Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza do trabalho.

(C) Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com exceção aos cargos comissionados.

(D) A menor remuneração atribuída aos cargos de carreira não será inferior a dez avos (1/10) do teto de remuneração fixada para o Prefeito.

(E) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a aposentadoria ou disponibilidade cassada terá prazo de noventa (90) dias para quitar o débito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) Com base na lei orgânica do município de Tijucas do Sul, é correto afirmar que:

(A) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até seis meses e meio do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa

(B) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até quatro meses e meio do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa

(C) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa

(D) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

(E) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

27) Quanto aos vereadores, em observância a lei orgânica do município de Tijucas do Sul, é correto afirmar:

(A) O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o seu mandato, para tratar de interesse particular, mantendo sua remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse noventa dias.

(B) O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o seu mandato, para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias.

(C) O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o seu mandato, para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e sessenta dias.

(D) O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o seu mandato, para tratar de interesse particular, mantendo sua remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias.

(E) O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o seu mandato, para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e oitenta dias.

28) Sobre o concurso público, previsto no Estatuto dos Servidores Municipais de Tijucas do Sul, aponte a alternativa incorreta:

(A) O concurso público terá validade de quatro (4) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

(B) O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser a lei e seu regulamento.

(C) O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixadas em edital, que será publicado no órgão de imprensa oficial do município e outro jornal diário de circulação regional por, no mínimo, duas (2) vezes com interstício de três (3) dias entre uma e outra.

(D) O prazo de inscrição de candidatos não deverá ser inferior a quinze (15) dias, contados da última publicação do edital, e as provas não devem ser realizadas antes de dez (10) dias do encerramento das inscrições.

(E) Não se abrirá novo concurso para provimento enquanto houver candidato aprovado em

concurso anterior com prazo de validade não expirado.

29) Do direito a petição, previsto no Estatuto dos Servidores Municipais da comarca de Tijucas do Sul, é correto afirmar que o direito de requerer prescreve:

(A) Em cinco (5) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho; e em cento e vinte (120) dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

(B) Em três (3) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho; e em cento e vinte (120) dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

(C) Em cinco (5) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho; e em cento e oitenta (180) dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

(D) Em dois (2) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho; e em cento e vinte (120) dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

(E) Em quatro (4) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho; e em cento e oitenta (180) dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

30) Quanto a homologação do ICMS, prevista na lei orgânica do Tribunal de contas do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta:

(A) Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de homologação, dando ciência ao Governo Estadual.

(B) Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de homologação, dando ciência à Assembleia Legislativa e a Câmara dos Vereadores de cada Município.

(C) Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de

homologação, dando ciência à Assembleia Legislativa.

(D) Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de homologação, dando ciência à Câmara dos Vereadores de cada Município.

(E) Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de homologação, dando ciência à Assembleia Legislativa, ao Governo Estadual e a Câmara dos Vereadores de cada Município.

31) Das Contas dos Prefeitos e dos Administradores Municipais, previstas na lei orgânica do Tribunal de contas do Estado do Paraná, é correto afirmar que:

(A) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais; O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

(B) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais; O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de abril de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

(C) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais; O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de janeiro de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

(D) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do seu recebimento, sobre a prestação

anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais; O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

(E) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais; O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

32) Quanto ao processo Judicial previsto na lei de improbidade administrativa (LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992), é certo afirmar que:

(A) A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), mesmo que por analogia.

(B) A ação a que se refere a aplicação das sanções de que trata a lei 8.429, de 02 de junho de 1992, deverá ser proposta perante o foro do local da residência do Denunciado.

(C) A propositura da ação a que se refere a aplicação das sanções de que trata a lei 8.429, de 02 de junho de 1992, não prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

(D) A petição inicial da ação a que se refere a aplicação das sanções de que trata a lei 8.429, de 02 de junho de 1992, deverá individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência das hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 da mesma lei e de sua autoria, sendo defeso arguir alguma impossibilidade devidamente fundamentada.

(E) Se a petição inicial ao que se refere a aplicação das sanções de que trata a lei 8.429, de 02 de junho de 1992, estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias, iniciado o prazo na forma do art. 231 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

33) Assinale a alternativa correta no tocante a matéria de delegação prevista na Lei Federal nº 9.784/99.

- (A) O ato de delegação e sua revogação poderão ser publicados também no meio oficial.
- (B) O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, não podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
- (C) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, somente quando estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial
- (D) Não podem ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (E) Podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.

34) Sobre o Congresso Nacional assinale alternativa incorreta.

- (A) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União
- (B) No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- (C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e interno deste.
- (D) Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Congresso Nacional.
- (E) Se o Congresso Nacional, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no ato de sustação de contrato, o Tribunal de Contas da União decidirá a respeito.

35) Marque a alternativa incorreta sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais com previsão na Carta Maior.

- (A) Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (B) Seguro contra acidentes de trabalho, a

cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa

- (C) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei
- (D) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- (E) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

36) No tocante a prescrição e decadência prevista no Código Civil, aponte a alternativa certa:

- (A) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.
- (B) Prescreve em dois anos a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade
- (C) Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (D) Pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- (E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.

37) Sobre a matéria de Reconvenção e revelia, aponte a letra abaixo incorreta, usando seu conhecimento do CPC:

- (A) Se o autor for substituto processual, o reconvinente deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
- (B) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- (C) A revelia não produz o efeito mencionado no artigo 344 do CPC, quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (D) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- (E) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

38) No tocante a prescrição prevista na CLT, é incorreto afirmar que:

- (A) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei
- (B) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos
- (C) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão.
- (D) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- (E) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

39) Quanto aos honorários de sucumbência previsto na CLT, aponte a alternativa correta:

- (A) Não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- (B) Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário
- (C) Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que necessariamente não tenha obtido no mesmo juízo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
- (D) Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar honorários de sucumbência

recíproca, sendo defeso a compensação entre os honorários.

(E) Ao advogado, caso não atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

40) Sobre a moratória prevista na lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, é incorreto afirmar que:

- (A) A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos, o prazo de duração do favor e as condições da concessão do favor em caráter individual.
- (B) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.
- (C) A moratória somente pode ser concedida em caráter geral, pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira, e pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- (E) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.